

SINDICATO: ORGANIZAÇÃO E INTERESSES NA SOCIEDADE CAPITALISTA AVANÇADA

Antônio Augusto Pereira Prates

O processo de incorporação da classe trabalhadora ao cenário político das sociedades capitalistas européias, iniciado em meados do século XIX, foi marcado ao longo do seu curso por uma forte e intensa solidariedade de classe traduzida em consciência revolucionária por suas organizações de vanguarda.

A intensidade e extensão de conflito nesse processo foram diferenciadas entre nações com tradições políticas diversas. Contudo, verificou-se um padrão relativamente homogêneo quanto às formas de luta da classe trabalhadora através de "divisão política" do trabalho concretizada no papel diferenciado do partido e do sindicato. Ao primeiro cabia articular a solidariedade de classe em termos ideológicos e ao segundo representar seus interesses imediatos frente ao capital. Esse padrão foi característico desde o final do século XIX até meados deste século marcando o período de intensa mobilização, nacionalização e ideologização do movimento operário na busca de reconhecimento político no cenário daquelas sociedades. Embora, com diferenças em termos de grau de radicalismo e de volume de tempo necessário para sua aceitação pelo *establishment* político de cada sociedade ? dimensões associadas de acordo com Lipset (1982) ? a entrada da classe trabalhadora na arena política da sociedade européia trouxe consigo uma tradição de política ideológica articulada em torno de seus próprios interesses.

Contudo, a partir dos anos 50 observa-se a emergência de uma nova configuração do sistema de ordem industrial nas sociedades denominadas como capitalistas avançadas. A nível político constata-se uma significativa ampliação das funções governamentais, mediando interesses e atribuindo caráter "quase público" ao papel das agências de representação de interesses privados. Nesse "novo" sistema de ordem, onde predomina o estilo corporativo de articulação de interesses privados e públicos, as organizações burocráticas, com monopólio de representação, centralizadas nacionalmente e diretamente envolvidas no processo de formulação de políticas públicas (Pizzorno, 1981; Shmitter, 1981; Offe, 1981; Lehmbrush, 1983), adquirem *status* de ator político e tendem a substituir as organizações partidárias como principal articulador de demandas e interesses da sociedade civil.

A dimensão crítica da mudança institucional que se verificou nos anos 50 com relação ao cenário político instituído desde o princípio do século foi a prevalência da "lógica organizacional" sobre a "lógica da mobilização de identidades" como base da ação coletiva de classes e grupos na sociedade. Essa mudança gerou e difundiu uma imagem de sociedade onde o "velho" estilo de se fazer política havia morrido, abrindo espaço para uma nova ordem estruturada sobre a racionalidade instrumental, a ideológica e integrativa: a sociedade pós-industrial ou a era do "fim da ideologia" estava em curso (1). Contudo, no final dos anos 60 emerge nestas sociedades uma onda de movimentos sociais e ideológicos, que vão do interior das fábricas às universidades, minando sua estabilidade institucional e trazendo à tona a fragilidade daquela imagem atribuída às democracias ocidentais do pós-guerra. Entretanto, partidos políticos e grandes organizações burocráticas de representação de interesses ficaram à margem desses acontecimentos, ou pelo menos foram surpreendidos por sua "explosão". Os anos 70 foram marcados pela difusão nessa sociedade de movimentos coletivos que fugiam à "lógica organizacional" e buscavam expressão e reconhecimento institucional, com forte orientação ideológica em torno de bases de identidade, não mais redutíveis àquelas relativamente estáveis da estrutura ocupacional, que caracterizou os movimentos políticos da classe trabalhadora no período de sua "entrada" institucional na arena política. Como sugere Pizzorno, na recente onda de movimentos coletivos "identidades são definidas de acordo com critérios biológico-culturais (sexo, etnia, geração) e por problemas (aborto, ecologia, direitos civis...)" (1981, p. 280). Por outro lado, distintamente dos movimentos coletivos que marcaram a incorporação institucional da classe trabalhadora no princípio do século, o "objetivo" destes movimentos sociais não é, primariamente, a aquisição de poder para melhorar sua posição relativa de acesso a bens coletivos, mas "a criação de uma nova comunidade onde prevaleçam certas características desejáveis" (1981, p. 280).

Este quadro sugere uma dupla lógica política de ação nas sociedades capitalistas avançadas: a lógica organizacional, institucionalizada na forma corporativa, no centro do sistema político, e a lógica da articulação de identidade, fortemente ideologizada, mas situada na periferia do sistema político. O ponto central da discussão deste trabalho será se essa dupla lógica de ação política, que configura o sistema político global, se reproduz no comportamento das organizações sindicais nestas sociedades. Em outras palavras, estará a organização sindical vivendo o problema da existência de uma dupla lógica de ação política semelhante àquele encontrado no nível institucional dessas sociedades? Isto é, a ação de suas lideranças é guiada pela lógica calculista-racional da burocracia, enquanto suas bases de representação, situadas na periferia da estrutura de poder da organização, guiam-se pela lógica de formação e reconhecimento de identidades? E se este for o caso, que conseqüências teria para a determinação de posição de poder dessas organizações em seu ambiente?

Há duas abordagens dominantes na literatura mais recente sobre o tema. A primeira que tenderia a negar esse dilema sugerindo que desde o final do século XIX organizações sindicais e partidos políticos da classe trabalhadora na sociedade capitalista constituem instrumentos de articulação da "consciência coletiva" de classe, ainda que sua eficiência tenha variado de sociedade para sociedade. Esse papel, mesmo nos dias atuais não é visto como problemático, a não ser por razões empíricas contextuais. Shorter e Tilly (1974) e Korpi (1978) representam, embora com enfoques distintos, essa perspectiva. A segunda abordagem vê a ação sindical no ambiente da sociedade capitalista avançada como enfrentando o sério dilema de ter de acomodar no seu interior duas lógicas distintas de ação coletiva: a instrumental, dirigida para maximização do poder organizacional no mercado político do sistema corporativo, e a da representação, dirigida para o seu interior onde se encontra o problema de formação ou redefinição de identidade. Pizzorno (1978), Sabel (1978; 1981), Offe (1981) representam, ainda que, com versões distintas, essa abordagem

Antes entretanto, de se passar diretamente a essa discussão, é pertinente rever, ainda que brevemente, a literatura sociológica dos anos 60 onde de forma embrionária encontram-se as hipóteses interpretativas que, deram origem ao problema de relação entre bases de solidariedade e orientação da ação coletiva da classe trabalhadora no capitalismo avançado.

Da tese do "emburguesamento" ao coletivismo instrumental

Dado a ampla difusão da literatura sobre a chamada tese do emburguesamento da classe trabalhadora nos anos 50 e 60, seria repetitivo e desnecessário retomá-la aqui em toda sua extensão. Mencionar-se-á, portanto, de forma sucinta a natureza do debate apenas como referência de fundo ao problema em foco neste trabalho (2).

As proposições básicas da tese do emburguesamento fluem do paradigma da sociedade pós-industrial, na sua ênfase sobre a erosão das fronteiras de classe na sociedade capitalista dos anos 50 e sobre o caráter a-ideológico da política pluralista e corporativa predominante no quadro institucional daquelas sociedades (3). De uma maneira geral, essa combina três dimensões empíricas de maior visibilidade no quadro econômico-social que emergem na maioria das sociedades européias daquele período: a afluência econômica da classe trabalhadora, as mudanças das condições de trabalho provocadas pelas tecnologias de ponta nos setores industriais que despontavam com alto dinamismo e centralidade no setor produtivo, e a convergência programática dos partidos políticos. De acordo com essa interpretação, a afluência econômica do trabalhador integrou-o social e politicamente na sociedade através de um modelo cultural homogêneo provocado pelo acesso universalizado ao consumo de massa gerado pelos altos níveis de produtividade atingidos pela indústria moderna. Do lado das condições de trabalho, sugeriu-se, com base na vertente tecnológica da teoria da sociedade pós-industrial (Blauner, 1964; Woodward, 1965), a integração do trabalhador no contexto de trabalho via tecnologias menos alienantes, mais sofisticadas exigindo maior responsabilidade e qualificação da força de trabalho. Essa transformação tecnológica do ambiente do trabalho tenderia a minar as bases de solidariedade de classe baseadas no sistema massificador o alienante do sistema produtivo da era da *assembly line*. Por fim, no ambiente político, interpretava-se a tendência à descaracterização ideológica e a convergência programática dos partidos de classe, que caracterizou os "pactos" políticos interpartidários, como reflexo da integração cultural e política da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se atribuía às organizações sindicais um papel totalmente despolitizado e restrito ao âmbito da indústria. Portanto, dentro desse quadro interpretativo, o conflito de classe ou a política ideológica eram vistas como coisas de um passado distante da realidade contemporânea da sociedade industrial (4).

Em oposição frontal a esta tese colocou-se a teoria da "nova classe operária" inspirada na tradição marxista (Touraine, 1966, 1968; Mallet, 1963). De acordo com essa interpretação as mudanças ocorridas na sociedade européia da época foram vistas como criando condições mais favoráveis do que aquelas ocorridas no princípio do século, ao avanço da consciência política da classe trabalhadora, cuja vanguarda seriam os setores assalariados da indústria moderna. O argumento central nessa abordagem é que, no contexto das condições de trabalho, o processo tecnológico "moderno" integraria o trabalhador ao sistema produtivo, através do papel crítico que a Tecnologia exerceria nesse sistema, ao mesmo tempo em que os requisitos de qualificação e os ganhos adquiridos ao longo de sua história? a garantia de direitos sociais básicos? lhe permitiriam "demandar, além de suas necessidades imediatas, a posse de

certos instrumentos de controle sobre a atividade econômica..." (Mallet, 1975, p. 42). Ainda de acordo com essa tese, a centralidade econômica dos setores industriais modernos no capitalismo oligopólico provocaria efeitos multiplicadores em todos os outros setores econômicos. Este fato provocaria a generalização das demandas destes setores transformando-as em pressão política: "...nós vemos uma crescente consciência que, partindo das demandas econômicas particulares de um certo setor (o modelo), coloca a totalidade do sistema econômico em questão e leva as organizações sindicais a uma ação além do nível dos conflitos particulares de categoria de trabalhadores para a demanda do controle do trabalhador sobre a produção, tanto no nível da companhia como no nível da sociedade global" (Mallet, 1975, p. 46). Mallet rejeita, também, teses de alienação de A. Gorz (1964-1965) e Marcuse (1964) segundo o qual o consumo de massa na sociedade capitalista constituiria uma válvula de escape à situação alienante das condições de trabalho. Sugeriu-se, em contraposição, que as condições de trabalho que determinariam a existência da nova classe operária possibilitariam uma consciência da situação alienante e, portanto, constituiriam um estímulo à ação político ? revolucionária (Mann, 1973, p. 58).

A novidade teórica dessa interpretação, com relação as versões mais convencionais na tradição marxista, é a centralidade política atribuída à organização sindical como instrumento mediador entre a "consciência de classe" produzida pelo contexto local do processo de trabalho ? as condições integrativas da tecnologia moderna *versus* o controle unilateral do capital ? e a articulação político-ideológica da classe trabalhadora no âmbito da sociedade global. "A tradicional distribuição de papéis entre o movimento sindical e o movimento político da classe trabalhadora encontra-se ela mesma questionada, e os sindicatos são em si mesmos levados, como organizações econômicas, a se politizarem no verdadeiro sentido do termo, isto é, não pelo eco longínquo dos slogans eleitorais deste ou daquele partido, mas para intervir ativamente com os meios e fins de ação especificamente deles, na vida política do país" (Mallet, 1975). Assim, a teoria da "nova classe operária" assumia que as condições objetivas e subjetivas para ação revolucionária da classe trabalhadora na sociedade capitalista avançada seriam consideravelmente ampliadas relativamente aquelas no processo produtivo da era da mecanização. No contexto do capitalismo oligopólico e da revolução tecnológica moderna, o interesse político não mais se distinguiria do interesse imediato do trabalhador, o objetivo do controle sobre a indústria tem peso maior que o meramente dirigido para ganhos econômicos de curto prazo. O interesse, portanto, se tornaria politizado pela aguda consciência de classe produzida pelas novas condições tecnológicas no ambiente de trabalho (5).

A terceira tese dominante na literatura .dos anos 60 sobre a questão da relação entre solidariedade e política de classe na sociedade industrial avançada, é a interpretação do clássico estudo do *affluent worker* realizado com uma amostra de trabalhadores de uma indústria tecnologicamente avançada na Inglaterra (Goldthorpe, Lockwood, Bechhofer, Platt, 1968). Segundo essa interpretação, o comportamento social da classe trabalhadora dos setores modernos da economia, caracterizava-se pelo que foi denominado de "coletivismo instrumental". Esse termo designava uma orientação geral de ação coletiva para a aquisição de bens de consumo familiar.

A conclusão básica do estudo é que a classe trabalhadora nos setores modernos da economia tendiam a assumir uma atitude instrumental frente ao trabalho e ao sindicato. Mais preocupados com sua vida familiar e padrões de consumo, estes trabalhadores viam no trabalho do sindicato apenas um meio para a realização dos seus interesses individuais "extrínsecos".

Desenhado para testar as teses do "emburguesamento" o estudo conclui pela sua inconsistência empírica. Como sugere sua conclusão: "amplamente falando, nossos achados mostram que no caso dos trabalhadores (que nós estudamos) permanecem importantes áreas de experiência social comum as quais ainda são distintivas da classe trabalhadora, que normas sociais específicas de classe média não são amplamente seguidas nem seus estilos de vida conscientemente emulados, e que assimilação na sociedade de classe média não é nem um processo nem o principal objetivo desejado. Em síntese, os resultados de nossa pesquisa não são os que poderiam ter sido esperados, se fossem válidas as teses do 'emburguesamento'. Ao contrário das suposições dessa interpretação, a pesquisa mostrou a existência de padrões culturais e normas de solidariedade diferenciando os trabalhadores de grupos e classes dominantes na sociedade. Por outro lado, entretanto, os pesquisadores sustentaram que tais achados não emprestavam suporte ao modelo de consciência de classe politicamente radical sugerido por Mallet.

A solidariedade da classe apontada pelo estudo não decorre da situação objetiva das relações de trabalho no sistema produtivo, mas, como já mencionado, de padrões culturais desenvolvidos ao longo da história das condições de vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Contudo, essa base de solidariedade não provocaria, "naturalmente", uma consciência político-revolucionária no seu interior, embora, certamente, tenha gerado consciência de classe. Como acentua R. Eyerman em uma recente revisão dessa literatura, "ao chamar a si mesmo de 'classe trabalhadora' e ao dar sustentação aos partidos políticos dessa classe, os trabalhadores neste estudo (*affluent worker*) certamente provam que são *conscious of class* mas dificilmente *class conscious*" (1982, p. 544).

As contribuições desse debate para a discussão do problema da lógica ou lógicas da ação coletiva da classe trabalhadora no capitalismo avançado, embora não estivesse diretamente focado nesta questão, são de duas ordens.

Primeiro, reconhece-se que a relação entre bases de solidariedade e articulação de uma identidade política da classe trabalhadora no contexto das sociedades industriais do pós-guerra é por si mesmo problemática. Ou seja, o estudo do *affluent worker* sugere que a existência de um sentimento de "comunidade" partilhado por trabalhadores, definido como identidade própria, coexiste com a orientação instrumental que mapeia sua conduta social e política no ambiente de trabalho e fora dele. Este "coletivismo instrumental" não decorre primariamente de mudanças ocorridas na estrutura ocupacional, mas de dimensões sociais e culturais mais amplas da história de vida do trabalhador, definindo o seu mapa interpretativo. Nas palavras de Goldthorpe *et alii*, "...torna-se difícil ver as atitudes e comportamento instrumental que nossos respondentes mostraram como sendo primária e basicamente o efeito de suas ? freqüentemente diferindo de maneiras significativas ? tarefas e papéis dentro da organização da produção. Ao contrário, sua propensão para aceitar o trabalho como essencialmente um meio para fins extrínsecos seria melhor compreendido como alguma coisa que, em um grau elevado existiu independente e anteriormente ao seu envolvimento na sua atual situação de trabalho... Efeitos de condições de trabalho tecnologicamente determinados são sempre mediados através dos significados que as pessoas dão ao seu trabalho e ,através de suas próprias definições da sua situação de trabalho; e (...) estes significados e definições variam, por sua vez, com os conjuntos particulares de desejos e expectativas que as pessoas trazem ao seu emprego" (1968).

Portanto, como sugeriu esse estudo, a orientação instrumental, calculista, que predominava nas atitudes dos membros da classe trabalhadora inglesa, não eram decorrência imediata nem das condições tecnológicas do ambiente de trabalho e nem de um compromisso normativo com valores gerais e básicos da sociedade, como sugerido por algumas versões nas tradições marxista e liberal respectivamente (6). Por outro lado, esse tipo de orientação reforçou o compromisso com organizações sindicais, vistas como instrumentos para a realização de interesses imediatos de nível individual ou de classe. Como sugere F. Parkin (1971), o coletivismo instrumental promove uma visão de ordem social bem distinta daquela estruturada pelo modelo normativo que caracterizava os movimentos socialistas no início do século.

Uma segunda contribuição importante do debate da tese do emburguesamento ao tema deste trabalho, é a proposição do papel político da organização sindical na sociedade capitalista avançada. Tanto S. Mallet quanto A. Touraine enfatizaram a mudança do papel da organização sindical nessas sociedades comparativamente ao seu papel predominantemente "econômico" no contexto político da Europa até meados do século. De acordo com essa interpretação, a centralidade política das organizações sindicais derivaria diretamente das transformações do sistema produtivo provocadas pelo capitalismo oligopólico.

Contudo, em contraposição aos "achados" do *affluent worker*, a teoria da "nova classe operária" vê na estrutura ocupacional o elemento-chave da formação de "uma consciência de classe" politicamente radical, onde o sindicato, e não o partido, constituiria, pela sua posição estratégica, o canal "natural" de sua expressão.

Nenhuma dessas abordagens, entretanto, via nas organizações de representação das classes trabalhadoras, partidos e sindicatos, um *status* político próprio permitindo-lhes agir como organizações "quase-públicas" e "quase-independentes" dos seus constituintes, mais voltadas para a maximização do seu próprio poder político do que para a implementação dos objetivos político-ideológicos de classe que lhes deram origem.

Este problema adquire visibilidade no início dos anos 70, quando as explosões de movimentos coletivos em 68 e 69 na Europa surpreendem tanto as lideranças formais dos órgãos de representação política da sociedade quanto os estudiosos da questão da ordem e do conflito nas sociedades capitalistas (7).

Organização, identidade e poder

Recentemente, em uma discussão teórica sobre os critérios de definição de classe social no capitalismo, E. O. Wright (1980) retoma o problema clássico na tradição marxista da relação entre classe e organização. Em sua abordagem, Wright vê a empresa capitalista e o sindicato como formas distintas de organização da ação coletiva que somente poderão ser compreendidas pela relação que mantêm com a estrutura de classes. A organização empresarial define a posição de classe dentro da organização e o sindicato define uma organização dentro de classes. "Uma classe em si pode ser definida como classe dentro da organização; uma classe para si como organizações dentro de classes". Essa maneira de olhar a relação entre posição e organização de classe mostra, segundo Wright, a fraqueza da distinção convencional, da sociologia das organizações, entre organização e ambiente. "Essa forma de compreensão da interação entre classe e organização enfraquece a tradicional distinção na sociologia das organizações entre a 'organização' e seu ambiente. Classes são simultaneamente situadas dentro das organizações empresariais (posições de classe ou uma classe em si) e organizadas transversalmente às empresas (formação de classe ou uma classe para si). Classes não são, entretanto, nem internas nem externas a organizações; elas interseccionam organizações" (1980, p. 19).

A proposição de Wright pode ser criticada sob dois ângulos da questão da relação entre classes e organização. O primeiro refere-se ao problema, completamente negligenciado em sua crítica à sociologia das organizações, de que mesmo aceitando a ótica que propõe, a distinção entre organizações e ambiente continua válida. A não ser que, implicitamente, como parece ser o caso, não se reconheça como relevante o fato de organizações, uma vez criadas, virem

a se constituir em entidades potencialmente autônomas, com capacidade própria de ação, como tem sido evidenciado empiricamente em um número considerável de estudos na tradição da Escola Institucional, de Michels a Selznick (8). Por outro lado, a proposição de Wright simplesmente não trata a questão do caráter problemático da relação entre burocratização e representação. Organizações sindicais tanto podem ser vistas como "estabilizadoras da ordem capitalista moderna... legitimando as regras e os procedimentos que governam a alocação de recursos" (Parkin, 1975, p. 91), quanto como instrumentos estratégicos de formação de consciência de classe, como sugeriu S. Mallet. Portanto, o fato dessas organizações constituírem virtualmente instrumentos de "formação de classe" não significa que "na realidade" elas desempenhem esse papel. A questão central, deixada de fora por Wright, está justamente na elucidação dos fatores histórico-contextuais que as levam a desempenhar de forma predominante um ou outro papel.

Um segundo ângulo do problema da relação entre classe e organização não levado em consideração por Wright, diz respeito à natureza lógica que ordena a ação coletiva nesses dois tipos de organização: empresarial e sindical. No primeiro caso, à associação de interesses ordena "organizações" que, de fato, articulam fatores de produção ? capital e trabalho ? e não indivíduos e grupos. Nessas "organizações" prevalece, portanto, como sugere a . abordagem weberiana da burocracia, a lógica da racionalidade técnica (9). Enquanto, na associação intersindical coordenam-se organizações que articulam indivíduos e grupos de interesse no seu interior, exigindo assim a elaboração de um modelo de ação logicamente mais complexo (10). Obviamente, essas características distintas produzem condições, também, distintas para o seu desempenho como organizações articuladoras de interesses e identidades. Elas não se colocam no mesmo plano como se fossem unidades equivalentes em posições opostas. A própria definição da "matéria-prima" de cada uma delas - instrumentos de produção e indivíduos, respectivamente - determina volume desigual de dificuldades e incertezas que cercam sua capacidade de ação (11).

Os dois pontos discutidos acima, negligenciados na análise de Wright, são centrais para o empreendimento teórico que tenta explicar a relação entre organização e identidade no âmbito da articulação da ação coletiva no contexto da classe trabalhadora da sociedade capitalista.

O primeiro ponto ? o problema da burocratização e representação ? pode ser visto sob duas óticas distintas. A primeira, que se pode denominar macropolítica, olha o problema a partir das transformações da instituição política global da sociedade capitalista avançada desde a Segunda Grande Guerra. A segunda privilegia o foco da micropolítica organizacional interna, como fator preponderante para se compreender a lógica do problema. Ambos, entretanto, utilizam a distinção entre organização e ambiente em suas análises.

A primeira interpretação adquire em Pizzorno (1978-1981) sua forma mais elaborada e teoricamente mais sistemática. De acordo com ela, as transformações do sistema pluralista de articulação de interesses no decorrer deste século vão no sentido da institucionalização de um mercado político, no qual se multiplicam organizações de interesse na busca de maior poder aqui entendido como "a capacidade de assegurar benefícios futuros" ? em troca de suporte político ao sistema de ordem "negociada" entre os atores mais poderosos. Uma das condições de eficiência mínima deste sistema é a existência de exclusão de interesses operando através de regras e procedimentos que definem o escopo, a área e o tipo de interesse das organizações. Assim, através da "agregação" associacional, interesses díspares ou mesmo oposto são representados por uma mesma organização, a qual privilegiará uns em detrimento de outros ? uma boa ilustração desse mecanismo são as associações de interesses empresariais compostas de pequenas e grandes empresas. A "especialização institucional" constitui um outro mecanismo de exclusão. Através desse mecanismo define-se quais interesses são legítimos na área de ação da organização. Como ilustração Pizzorno sugere o sistema de relações industriais da Alemanha Ocidental. Nesse sistema, "o interesse geral em melhorar as condições da classe trabalhadora é dividido em vários objetivos: o aumento do salário mínimo contratual, a melhoria das condições de trabalho, as condições de saúde, e assim por diante. Para cada um destes objetivos, há uma área institucional distinta e correspondentemente um diferente agente de representação to sindicato, o conselho de fábrica ? *Betriebsrate* ? comissões paritárias, etc.) os quais agem de maneira autônoma, provavelmente em discordância um com outro" (1981, p. 264). Um terceiro mecanismo de exclusão é o tipo de interesse interpretado pela organização, se de longo ou curto prazo. Finalmente, o mecanismo mais importante de exclusão é, de acordo com Pizzorno, o "controle de entrada" exercido pelos membros já representados pela organização (12).

Obviamente o processo de exclusão e seleção de interesses no sistema político gera tensões e crises nos seus mecanismos de representação. Essas tensões e crises se reproduzem ao nível da estrutura organizacional dos sindicatos e suas confederações no contexto pluralista ou corporativo das sociedades capitalistas avançadas. O argumento que justifica essa proposição pode ser brevemente sumarizado. O aparato sindical nessas sociedades desempenha um duplo papel: articula interesses tipicamente instrumentais e fragmentados a nível da fábrica (mecanismo de agregação), através do sistema de barganha coletiva (especialização institucional) e, a nível do mercado político, maximiza poder em troca de consenso social (prevalência de interesse de longo prazo em detrimento dos de curto prazo). No desempenho desse duplo papel, o sindicato adquire poder, mas simultaneamente tende a perder legitimidade frente aos seus representados na base.

Esse dilema decorre do fato de o sindicato ser visto, por um lado, como entidade legítima de representação dos interesses gerais da classe trabalhadora e, por outro, "como um ator independente na situação de barganha, capaz de autonomamente definir os fins para os quais a ação coletiva deveria ser dirigida. Ele teria uma ordem de preferência própria, a qual, a partir de um certo ponto, tenderia a divergir daquela dos seus membros", (1978, p. 284). Às tensões geradas por esse dilema, adicionam-se aquelas produzidas pelas mudanças na composição da força de trabalho? entrada de jovens, migrantes, minorias etc.? gerando pressões para reconhecimento de sua identidade e interesses no interior da organização (14). Nesse momento mecanismos de "controle de entrada" podem ser acionados, mas seus resultados nunca são completamente eficientes.

Nessa situação, a desestabilização da ordem é provável ocorrer por duas razões: "quando os sindicatos são incapazes ou não desejam barganhar moderação por poder, e quando, são incapazes, ou não desejam, prevenir novas entradas (1978, p. 292). Quando, por uma dessas razões, a ordem se desestabiliza, o poder sindical torna-se fracionado pela emergência de poderes paroquiais e locais que tendem a agirem seu próprio nome e articular interesses específicos, aumentando a intensidade do conflito industrial e diminuindo a capacidade de coordenação do sistema político. Em um segundo momento, as "novas entradas" são incorporadas, consolida-se uma nova estrutura de poder interno e o sistema de coordenação readquire sua capacidade de controle.

Portanto, de acordo com essa teoria, a relação entre burocratização e representação dar-se-á através de "ondas" cíclicas de crise e equilíbrio, provocadas pela emergência de novas identidades buscando reconhecimento no mercado político e pela relativa inflexibilidade do canal institucional de representação, no caso as organizações sindicais, atuando dentro de uma lógica de maximização do poder organizacional no sistema de negociação política.

Uma outra ótica do problema da relação entre burocratização e representação, aqui denominada de micropolítica, enfoca sua análise nas dimensões políticas internas da organização (15). De acordo com essa abordagem, o conflito em torno da distribuição do poder interno da organização, constitui um fator por si mesmo capaz de obstruir a lógica michelsiana da oligarquização e, portanto, comprometer a arranjo corporatista de ordem nas sociedades capitalistas avançadas (Sabel, 1981). Faccionalismo por um lado, e a necessidade de a liderança demonstrar seu poder de controle interno frente aos contedores externos, por outro, provocaria crise na estrutura de poder obrigando os líderes organizacionais a investirem na busca de suporte interno e, assim, obstruindo a tendência de elitização produzida pela burocratização. Como sugere C. Sabel (1981), quanto mais os líderes, como um grupo, protegem a si mesmos contra as bases (da organização), através da personalização do poder dentro da organização, maior a tendência para a organização se dissolver em uma série de baronatos, negociando, mais ou menos independentemente, com representantes locais do capital. "Ignorados por seus subordinados e incapazes para intimidar as direções das empresas com uma demonstração coordenada de força, os líderes perdem seu poder de ameaça, simplesmente porque ninguém valoriza suas posições. (...) Assim, mesmo que os subordinados continuem a passar as ordens da liderança, as bases estarão vislumbrando uma outra organização para a qual possam levar suas demandas" (1981, p. 232).

Ao olhar o problema nessa ótica, C. Sabel pretende criticar a interpretação do modelo neocorporativo ou neopluralista da organização política nas sociedades capitalistas avançadas. De acordo com ele, esses modelos supõem que a política, nessas sociedades é realizada por atores organizacionais altamente burocratizados e racionalmente orientados, produzindo assim uma lógica de auto-equilíbrio no sistema institucional de negociação de interesses.

Em contraposição, ele sugere que, precisamente, porque os atores são racionais e buscam a realização do auto-interesse, o sistema institucional confrontará permanentemente incertezas trazidas pelo estímulo dos atores de descobrirem cursos alternativos de ação (1981, p. 214). Por outro lado, como as lideranças sofrem as restrições da micropolítica da organização, limita-se a capacidade preditiva do comportamento dos atores na arena institucional, provocando assim, um estado potencial de constante desequilíbrio no sistema.

A postura de Sabel difere da de Pizzorno com relação aos efeitos da burocratização sobre a representação. De acordo com o primeiro, a demanda de representação ameaçaria constantemente a tendência para burocratização, descartando, portanto, o dilema entre a lógica da maximização do poder organizacional e a lógica da representação. Enquanto, para o segundo, reconhecer esse dilema é fundamental para se compreender a ação sindical nas sociedades avançadas.

Entretanto, com relação ao problema mais específico da burocratização e representação vista no âmbito da organização sindical, a abordagem proposta por Sabel não é inconsistente, podendo, até mesmo, ser olhada como complementar àquela macropolítica de Pizzorno. Mesmo porque este último não assume as proposições de equilíbrio sistêmico atribuídas ao modelo neopluralista e neocorporativo. Ao contrário sua ênfase recai sobre a instabilidade intrínseca ao sistema: "a emergência de novas identidades e as manobras para excluí-las expressam a instabilidade intrínseca de um sistema que demanda que interesses sejam identificados categoricamente, mas não oferece critérios estáveis para tais identidades e, portanto, favorece sua multiplicação" (1981, p. 281).

Assim, a análise de Sabel, focada no jogo do poder interno da organização e seus efeitos no ambiente

institucional, qualifica, ao invés de se opor, a análise dos efeitos ambientais sobre a política interna das organizações sindicais, como sugere a abordagem de Pizzorno. O fato de se demonstrar que a política interna da organização sindical é muito mais dinâmica do que se poderia esperar pelo modelo neocorporativo, não invalida o argumento do dilema entre a lógica calculista e racional que orienta a ação organizacional no seu ambiente e a lógica da mobilização e controle que suas lideranças são obrigadas a seguir para manter o mínimo necessário de legitimidade frente a seus seguidores e contendores políticos.

O segundo ponto diretamente relacionado à questão do modelo orientador da ação política das organizações sindicais nas sociedades capitalistas avançadas, refere-se, como mencionado anteriormente, ao problema do tipo de recurso de que a organização dispõe para articular no sistema de negociação política. Como tem sido enfatizado por C. Offe (1978,1981) as organizações sindicais no capitalismo confrontam dificuldades para articulação da ação coletiva, assimetricamente maiores que organizações representativas de interesses do capital. Enquanto o recurso estratégico da organização sindical é o número e a disposição voluntária de indivíduos para participar, as associações de interesse empresarial contam com organizações, como unidades de sua ação coletiva, que por si só são poderosas na estrutura de poder da sociedade.

Portanto, organizações sindicais confrontam o dilema de ter de acomodar internamente duas lógicas distintas e, até certo ponto, mutuamente exclusivas: a da ação expressiva orientada na busca de suporte entre seus membros, e a da ação instrumental na busca de maior capacidade de barganha na arena política institucional da sociedade. Esse ponto qualifica a análise anterior do dilema entre burocratização e representação, à medida que chama atenção sobre os efeitos diferenciados desse dilema sobre organizações de interesse no sistema corporativo de barganha. No caso das organizações sindicais, os efeitos perversos da burocratização sobre a representação são consideravelmente maiores do que nas organizações de interesses do capital. Essas últimas não somente contam como membros outras organizações ? a firma ? cujas posições individuais na estrutura capitalista de produção são potencialmente poderosas - e, portanto, não são totalmente dependentes de eficiência organizacional de suas associações para a determinação do nível de poder na arena institucional ? mas também gozam de condições privilegiadas de eficiência porque seus interesses podem ser claramente definidos e racionalmente compatibilizados. Do lado das organizações sindicais nenhuma dessas condições ocorre. "Em contraposição à firmas, trabalhadores não têm um padrão inequívoco de 'racionalidade' através do qual possam 'otimizar' entre fins conflitantes. Trabalhadores estão sempre interessados simultaneamente em salários, continuidade de emprego, e condições de trabalho, (...), esses três fins permanecem, em alguma extensão, mutuamente exclusivos. A combinação 'ótima' destes fins conflitantes não pode ser calculada por indivíduos, mas apenas coletivamente por uma organização. A organização assim provê ambos, a agregação quantitativa de meios de poder e a definição qualitativa dos fins para os quais se utilizará o poder" (Offe, 1981, p. 147).

Em consequência desse dilema as organizações sindicais tendem a seguir uma trajetória de poder na forma de um 'U' invertido: seu poder na arena institucional de negociação pode crescer apenas até o limite em que o nível de burocratização, exigido pelas regras do jogo político do arranjo corporativo, não atinja, de forma crítica, sua capacidade para representar e controlar seus associados (Offe & Wiesenthal, 1979, p. 81).

Como se procurou evidenciar, as três abordagens discutidas acima são complementares no que diz respeito à questão das relações entre organização, identidade e poder no contexto da estrutura sindical das sociedades capitalistas avançadas. Cada uma delas trata o tema a partir de um ângulo do problema. A interpretação mais geral que delas se pode deduzir é que organizações sindicais sofrem no seu interior paradoxos semelhantes àqueles presentes no âmbito institucional do sistema político dessas sociedades. Embora por caminhos diferentes, elas concordam que a "reprodução", no interior dessas organizações, das tensões provocadas pelos dilemas da burocratização da arena política institucional afeta significativamente sua capacidade de representação e sua posição de poder para barganhar naquela arena (16). Ainda, como se procurou demonstrar na discussão anterior, elas assumem que os dilemas vividos por essas organizações emergem, ou adquirem maior visibilidade, no cenário político das sociedades capitalistas industriais, a partir dos anos cinquenta deste século (17).

Essas abordagens sugerem um claro momento de descontinuidade na trajetória política do movimento sindical dos países europeus após a Segunda Grande Guerra, obviamente com particularidades nacionais. Segundo elas, a partir dos anos 50 o movimento sindical tende, como outras organizações de interesse, a pautar sua ação por uma lógica de tipo mais calculista instrumental, a participar diretamente na arena institucional de formulação de políticas públicas, e a se "despolitizar" no sentido de desvincular-se de um projeto político-ideológico de classe.

Dois estudos de natureza empírica sobre as relações entre organizações representativas da classe trabalhadora, poder político e intensidade e significado do conflito industrial, sugerem outras linhas de interpretação. O primeiro, uma abordagem histórica realizada na França (Shorter & Tilly, 1974) e o segundo, uma análise de *survey* na virada da década de 60, realizada na Suécia (W. Korpi, 1980).

Esses estudos, embora com orientação teórica distinta, partilham a proposição geral de que os anos cinquenta não

marcaram um momento de descontinuidade histórica da trajetória política das organizações representativas da classe trabalhadora nos países capitalistas europeus.

Posto brevemente, o estudo de Shorter e Tilly tenta demonstrar que no período que vai dos anos 30 do século passado até o final da década de 60 deste século, o conflito industrial, medido por duração, tamanho e frequência de greves (Shorter & Tilly, 1978, p. 51), pode ser compreendido pela articulação de três conjuntos de fatores que afetam a capacidade de organização coletiva da classe trabalhadora. O primeiro conjunto compreende "mudanças de produção, incluindo os efeitos de inovações técnicas sobre rotinas e supervisão do trabalho". O segundo abrange "prosperidade, tolerância governamental e a mobilização de seus oponentes". O terceiro refere-se aos "resultados da própria ação coletiva (a qual nunca cessa, mas é provável acelerar em explosões críticas de tempos em tempos) dos grupos organizados de trabalhadores adquirindo espaços na estrutura nacional de poder" (1974, p. 8). Esse último elemento é visto como crucial no sentido contrário àquele assumido pelas abordagens discutidas anteriormente. A existência de organizações fortes, centralizadas e burocratizadas no ambiente da classe trabalhadora constitui uma dimensão interveniente fundamental, na perspectiva dos autores, proporcionando condições favoráveis à ação coletiva dos trabalhadores nas sociedades industriais (18). Greves são vistas como o instrumento por excelência de ação política da classe trabalhadora nessa sociedade. Portanto, sugere-se que o nível de organização e frequência de greves são correlacionados positivamente, determinando a intensidade do conflito industrial e o volume de poder da classe trabalhadora na sociedade: "greves são lutas de poder; trabalhadores organizados usam, naturalmente, o poder de que dispõem para (conseguir) vantagens econômicas; mas as greves se expandem na medida em que os trabalhadores se organizam e suas organizações adquirem melhores posições na estrutura nacional de poder" (1974, p. 8).

Ao analisar "ondas" e "picos" de greves na França comparados com os outros países europeus e os EUA, o estudo mostra que não há qualquer alteração no padrão geral de lutas políticas de classe trabalhadora na seqüência temporal que vem do início do século até 1968. No período entre 1880 e 1918-21, observa-se grande uniformidade na forma e taxas de greve nos países europeus ocidentais. "O aumento secular nas taxas de greve, que vai dos anos de 1880 até a 'onda' de greve de 1918-21, reflete a mobilização inicial da classe trabalhadora. Como meio de *pression ouvrière* para representação política, trabalhadores destes países ocidentais empreenderam ação coletiva através de greves. A greve permitiu às elites trabalhadoras: mobilizar bases de, suporte (...) através das quais construíram suas organizações, e comprometeram esses recursos organizacionais numa luta política com outros contendores na *polity*." A quebra dessas uniformidades a partir de 1945 deve-se a diferenças em volume de poder político adquirido pela classe trabalhadora nos diversos países. "Onde a taxa de greve ascendeu rapidamente, o sindicalismo revolucionário adquiriu novos recursos organizacionais na direção da representação política (Itália, França e Inglaterra). Onde a taxa de greve caiu, trabalhadores tinham sido aceitos na *polity*, e agora não necessitavam mais usar greves como meio de pressão para demandas políticas (Países Escandinavos, Alemanha, Bélgica e Holanda). Onde a taxa de greve flutuou, como nos EUA, trabalhadores haviam descartado 'paradas' no trabalho industrial como meio de ação política, voltando-se para os partidos políticos" (1974, p. 316-7). Por outro lado, o estudo sugere que uma das condições básicas, em qualquer período ou país, para a emergência e continuidade de greves, é a pré-existência de organização e militância sindical (1974, p. 105).

Assim, a interpretação de Shorter e Tilly sobre a trajetória de incorporação da classe trabalhadora no cenário político da sociedade capitalista ocidental se distancia em muito daquela sugerida pelas abordagens discutidas anteriormente. De acordo com ela, as organizações representativas dos interesses da classe trabalhadora, partidos e sindicatos, se comportam da mesma "forma", com os mesmos objetivos e utilizam os mesmos recursos no contexto das sociedades industriais do pós-guerra relativamente àqueles utilizados no princípio do século, quando emergem politicamente naquelas sociedades. Shorter e Tilly não vêem mudanças significativas no sistema institucional da arena política daquelas sociedades gerando paradoxos e dilemas a nível de representação e poder para as organizações de interesse da classe trabalhadora. Ao contrário, eles sugerem que a centralização e burocratização das organizações de interesses dos trabalhadores aumentou sua capacidade de mobilização e luta política no âmbito institucional nas sociedades industriais avançadas.

O estudo de W. Korpi na Suécia foi desenhado para revidar a tese do emburguesamento e também testar as proposições do estudo do *affluent worker*. Segundo Korpi nenhuma dessas interpretações é adequada à realidade empírica da classe trabalhadora sueca: nem a melhoria nos padrões de vida e consumo, nem o instrumentalismo sugerido por Goldthorpe *et alii*, comprometeram as bases de solidariedade política e de consciência de classe entre os trabalhadores suecos (1980, p. 138). Ao contrário, Korpi sugere que os valores radicais de uma consciência de classe revolucionária permanecem vivos no interior das organizações de interesse: "o sistema radical de valores entre os trabalhadores suecos é, em grande parte, mediado pelo ambiente do trabalho industrial. Este ambiente tende a se opor a preferências partidárias burguesas. Ele também contribui para uma consciência de classe relativamente alta entre os trabalhadores suecos" (1980, p. 307). Como Shorter e Tilly, a interpretação do estudo sueco sugere que a diminuição da intensidade do conflito industrial naquele país, a partir dos anos 50, deve-se à força política já adquirida pelas organizações trabalhistas no

cenário institucional da sociedade desde os anos 30; "na medida em que o movimento trabalhista era fraco, problemas políticos eram trazidos para a arena industrial, como demonstrado pelas greves políticas. Entretanto, quando o movimento trabalhista adquiriu poder político, conflitos sobre a distribuição de lucros e bem-estar social puderam ser deslocados da arena industrial para a arena política. Assim a íntima conexão entre conflito econômico e político, e não sua separação, conduziu ao declínio do conflito industrial na Suécia..." (1980, p. 104).

Por outro lado, analogamente ao estudo francês, Korpi vê na centralização e burocratização da estrutura sindical e partidária dos trabalhadores suecos, fatores centrais à articulação de suas bases, e não restrições ? derivadas do sistema corporativo ? à representação e aquisição de poder na arena política, como foi sugerido pelas interpretações de Pizzorno e Offe.

Assim, tanto o estudo de Shorter e Tilly quanto o de Korpi tendem a negar os dilemas organizacionais com os quais estariam envolvidas as organizações de interesse da classe trabalhadora no capitalismo avançado. Ao contrário, a incorporação de tais organizações na arena institucional-corporativa dessas sociedades é vista por eles como um reflexo da capacidade das bases trabalhadoras para utilizar eficientemente suas organizações como instrumentos políticos na busca de seus interesses gerais na sociedade. Nessa perspectiva, são as bases que controlam as organizações, e não estas que controlam o acesso daquelas ao mercado político.

Entretanto, alguns problemas de ordem metodológica são facilmente detectáveis nessa interpretação. O estudo de Shorter e Tilly, por se basear em dados quantitativos de greve, não dispõe de informações suficientes para qualificar as relações entre organização e seus membros. Assim, por exemplo a constatação de que organizações adquirem poder político através de greves, poder evidenciado por sua capacidade de influenciar políticas redistributivas, não é inconsistente com a hipótese de que tais ganhos se dão em troca de compromissos de longo prazo com o modelo de ordem, minando sua capacidade de atendimento aos interesses mais imediatos de suas bases e, portanto, criando condições potenciais de crises de representação. Por outro lado, como sugere M. Shalev (1980), é altamente questionável a suposição-chave de que "paradas do trabalho industrial servem primariamente aos trabalhadores como 'um instrumento de ação política'. Elas são motivadas por objetivos econômicos mais específicos tais como segurança de emprego e redistribuição de renda" (1980, p. 31). Ainda, greves podem significar eventos coletivos que, vistos na perspectiva weberiana, por exemplo, podem constituir o resultado de múltiplos interesses, intenções e objetivos no seu interior. Seu significado, portanto, somente poderia ser compreendido através de uma análise interpretativa contextual em oposição a uma análise quantitativa de dados agregados como aquela que predomina no estudo de Shorter e Tilly (19).

Quanto ao estudo de Korpi, dois problemas são mais visíveis: a generalização feita para as sociedades capitalistas avançadas da Europa ocidental a partir dos resultados de sua pesquisa; e a conclusão, com base em dados de *survey* coletados em uma amostra de trabalhadores da indústria metalúrgica, de que uma consciência de classe socialista domina a orientação das organizações sindicais e partidárias naquela sociedade (20).

Com relação ao primeiro problema, as características da sociedade sueca estão longe de igualá-la ao padrão típico das sociedades capitalistas avançadas. Em primeiro lugar, a sua força de trabalho não é, como nos casos da França, Alemanha e EUA, seccionada por populações migrantes. Sua estrutura social não sofre da divisão norte-sul, como na Itália e EUA. Não há, no interior da classe trabalhadora, divisões e conflitos raciais, como na Inglaterra, França e EUA. Enfim, todas aquelas dimensões que dividem e enfraquecem a solidariedade de classe estão ausentes, ou permanecem pouco relevantes, na sociedade sueca (Eyerman, 1982). No que diz respeito ao segundo problema, é claramente falaciosa a conclusão do estudo, fazendo inferências a partir de dados de natureza atitudinal de um *survey*, e com uma amostra restrita da força de trabalho, sobre a consciência política geral da classe trabalhadora e seu compromisso com um projeto socialista de sociedade (21).

Evidentemente, a colocação desses pontos críticos não pretende invalidar ou mesmo sugerir que os resultados estejam metodologicamente comprometidos (22). A intenção aqui é apenas mostrar que a interpretação geral que esses estudos produziram vai além do que se poderia derivar de uma análise estrita das informações neles contidas. Conseqüentemente, a evidência empírica desses estudos é no mínimo insuficiente para ser tomada como referência crítica às teorias apresentadas na primeira parte desta discussão.

Confrontando as duas linhas de interpretação Pizzorno, Sabel, Offe *versus* Shorter, Tilly e Korpi ? sobre o problema da relação entre organização sindical e ação coletiva da classe trabalhadora no contexto do capitalismo avançado, sugere-se que, tal como elaborada anteriormente pela articulação das três primeiras abordagens, a primeira linha é, teoricamente, mais promissora do que a última.

A justificativa dessa proposição está em que a articulação das três abordagens possibilita relacionar analiticamente:

1. o formato institucional do sistema político, e suas tensões geradas pelos mecanismos de exclusão, com o formato organizacional do sindicato e a reprodução dessas tensões no seu interior (Pizzorno);
2. a estrutura produtiva (capitalismo gerando condições diferenciais de eficácia organizacional para associação

empresarial e sindicatos) com dimensões organizacionais da ação coletiva (interesses e expressões) (Offe); e
3. a micropolítica organizacional com sua dinâmica própria e o ambiente institucional (Sabel).

É importante notar, entretanto, que essa interpretação pode ser criticada em pelo menos dois aspectos. O primeiro relaciona-se especialmente com a abordagem de Pizzorno. A imagem final que essa análise deixa transparecer é de que as ondas cíclicas de crise e representação no interior da organização sindical ? criação ou redefinição de identidades ? se vinculam às características organizacionais e seu ambiente ? burocratização e instituições corporativas ? apenas de forma "negativa"; ou seja, tanto o ambiente da organização quanto suas características estruturais afetam negativamente sua capacidade de representação. Contudo, pode-se sugerir, teoricamente, que tais dimensões podem afetar "positivamente" a emergência daqueles movimentos de identidade. Assim, a alta visibilidade da posição institucional da burocracia sindical na arena corporativa da sociedade poderia ser vista como um fator por si mesmo incentivador de movimentos coletivos em busca de reconhecimento e expressão no mercado político. Essa proposição é consistente, por exemplo, com alguns estudos empíricos dos movimentos coletivos de maio de 68 na França e outono de 69 na Itália. Tanto a revisão do estudo de Dubois *et alii* (1971), feita por M. Mann (1978), quanto a análise de Sabel (1982), sobre o outono de 69 na Itália, sugerem que aqueles movimentos tiveram como "objetivo" principal a busca de reconhecimento de setores semiquilificados da força de trabalho (especialmente imigrantes), mas só foram viáveis pela mediação da militância partidária e sindical que deram, a nível societal, expressão às suas demandas.

O segundo aspecto crítico relaciona-se especificamente às abordagens de Offe e Pizzorno. O modelo analítico proposto por eles é nitidamente "estrutural", negligenciando assim dimensões "interpretativas" ou significativas para os atores "reais" ? os trabalhadores ? na produção do fenômeno social (23). Essas dimensões foram vistas pelo estudo de Goldthorpe *et alii*, *affluent worker*, como críticas para se compreender a orientação instrumental da classe trabalhadora inglesa nos anos 60 (24). No estudo mais recente sobre ação coletiva e trabalho no contexto americano e europeu nos anos 60, Sabel (1982) sugere, na tradição metodológica weberiana, que "o exemplo italiano ensina que mesmo mudanças na divisão do trabalho não necessariamente produzirão efeitos similares. Dadas diferentes idéias como guias para a reconstrução de identidade, e diferentes poderes de imaginação, dois grupos confrontando situações similares podem chegar a conclusões que são relacionadas (porque ambas são, em última análise, expressivas de circunstâncias objetivas comparáveis), mas distintas" (1981, p. 19).

Notas Biográficas

1 - Refiro-me aqui apenas à versão liberal das teses da sociedade pós-industrial. Seus teóricos mais representativos são: D. Bell (1961), C. Kerr, J.T. Dunlop, F.H. Harbinson, C.A. Myers (1962); S.M. Lipset (1960, 1964).

2 - Ver, por exemplo, M. Mann (1973) e T.B. Bottomore (1974).

3 - A tese do "emburguesamento" referida aqui encontra-se na vertente liberal das teorias sociedade pós-industrial citadas na nota 1, e não a tese da "aristocracia operária" ,sugerida por Engels no final do século XIX referindo-se ao controle sindical pela elites qualificadas de trabalhadores *craftworker*.

4 - Veja, por exemplo, a tese da insolação do conflito industrial em R. Dahrendorf (1959).

5 - Nesse sentido a teoria de S. Mallet é claramente imbuída de um forte determinismo tecnológico. Para uma revisão da versão marxista sobre sindicato e capitalismo, ver T. Clarke e C. Clementi (1977).

6 - A versão marxista é ilustrada pelas teorias de Mallet e Touraine (1966) e a liberal por Lipset e Kerr *et alii* (1962).

7 - Uma boa compilação de estudos empíricos em diferentes países dos movimentos coletivos de 68 a 69 é feita por C. Crouch e A. Pizzorno (1978).

8 - O "Modelo Institucional" constitui uma tradição clássica na sociologia das organizações. Os estudos mais expressivos são os de R. Michels (1966) e de P. Selznik (1957, 1965). Nessa tradição tem sido produzido um considerável acervo de pesquisas empíricas. Para uma excelente revisão destes estudos, ver C. Perrow (1974).

9 - De acordo com Weber essa lógica exclui, a um ponto máximo, incertezas de qualquer ordem e portanto é, por excelência, maximizadora de eficiência. M. Weber (1947, p. 337).

10 - Esse ponto é sugerido por C. Offe (1978, 1981) e será visto com mais detalhe na discussão de sua abordagem. mais adiante

11 - Para uma clara explicitação deste argumento, ver Perrow (1967).

12 - "O mecanismo de exclusão mais importante é, entretanto, o que, por analogia com o modelo de competição monopólica, nós chamaríamos de 'controle de entrada'. As pessoas já representadas no sistema têm um interesse em limitar seu número e tentam obstruir outras pessoas do acesso à representação". (Pizzorno, 1981, p.266).

13 - Os termos "pluralista" e "corporativo" são tomados como sinônimos, dado que seus significados no contexto das teorias em discussão são semelhantes. Ver Sabel (1981).

14 - Neste sentido o processo de burocratização gera tensões da representação tanto para os já representados quanto para

aqueles que pretendem participar no mercado político.

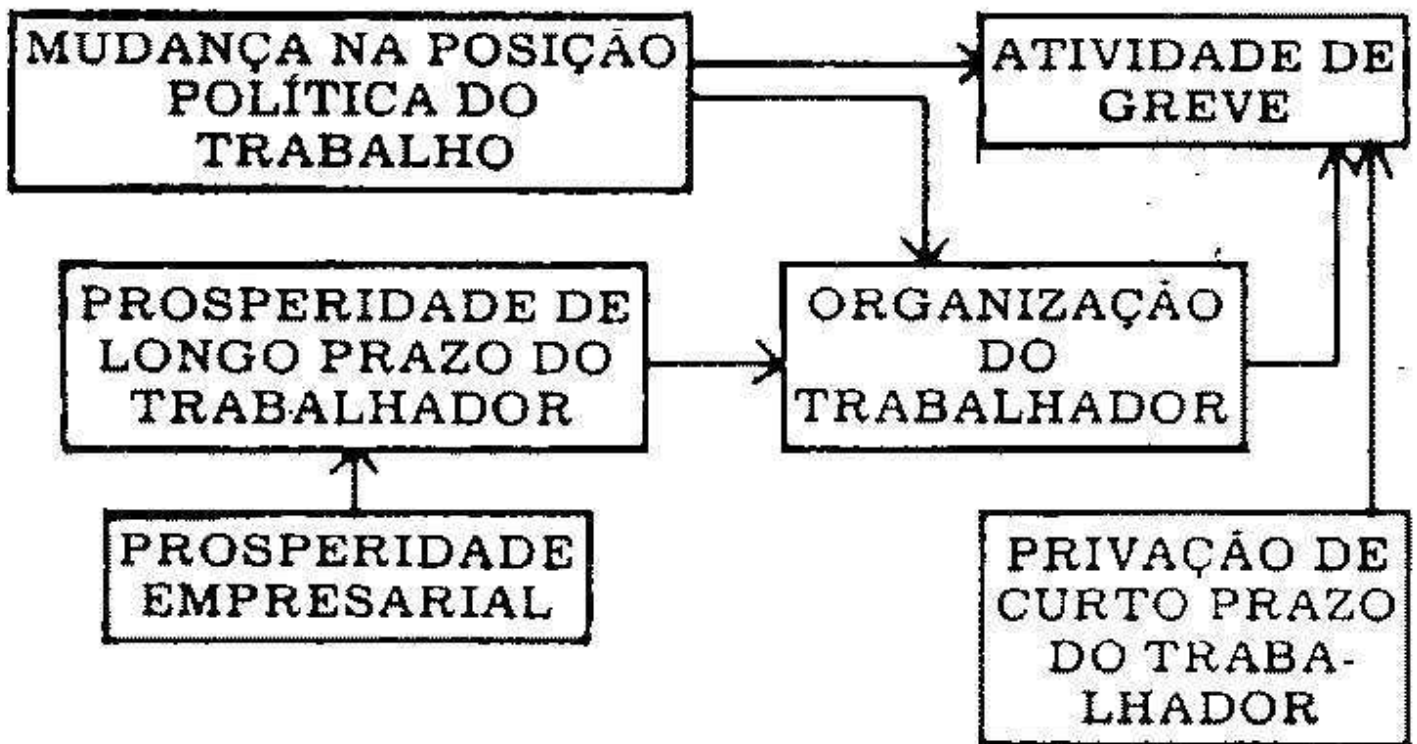
15 - O termo "micropolítica" foi emprestado da teoria das organizações na tradição do modelo neo-weberiano de Mach e Simon (1959).

16 - Embora essa proposição seja mais explícita em Pizzorno.

17 - Essa linha divisória na trajetória do movimento operário nas sociedades capitalistas europeias é fundamental nessas teorias, desde que elas tentam demonstrar que a incorporação das organizações de interesses da classe trabalhadora no pós-guerra é qualitativamente distinta daquela do período do princípio do século. A distinção baseia-se na estratégia de ordem industrial do capitalismo avançado, pela qual a ideologia tende a ser substituída pelo cálculo, no exercício da política.

18 - O estudo de Shorter e Tilly tem como um dos objetivos básicos demonstrar a fragilidade explicativa das teorias de ação coletiva no contexto da industrialização que baseiam-se no modelo da "privação" como variável independente da ação coletiva, ou aquelas que de inspiração durkheimiana que vêem o conflito industrial como consequência da "quebra" dos laços de solidariedade provocada pelo processo de diferenciação. "Diferenciação introduz descontinuidades nas vidas das pessoas mais diretamente afetadas; descontinuidades produzem tensões, desorientação e anomia"(6-8). O para

digma da primeira abordagem seria encontrado em C. Kerr, e o da segunda em N. J. Smelser (pp. 6-11). Sinteticamente o modelo do argumento explicativo seria, de acordo com os autores:



19 - Como sugere Weber (1964, p. 22), "Um mínimo de recíproca bilateralidade na ação (social) é, portanto, uma característica conceitual. O conteúdo pode ser o mais diverso: conflito, inimizade, amor sexual, amizade, piedade, intercâmbio no mercado, 'cumprimento', 'não-cumprimento', 'ruptura de pacto', 'competição econômica, erótica ou de outro tipo', 'comunidade nacional, estamental ou de classe (nestes últimos casos se produzem ações sociais mais além da mera situação comum, do qual se falará mais tarde)'. O conceito, pois nada diz sobre se entre os atores existe solidariedade ou precisa mente o contrário".

20 - Essa crítica é sugerida por Ron Eyerman (1982, p. 545-6).

21 - Há um claro bias na interpretação de Korpi quando, com base em dados predominantemente atitudinais, faz

inferências sobre a "real" consciência política da classe trabalhadora sueca.

22 - Obviamente, para que tal se desse necessitar-se-ia de uma crítica muito mais elaborada e detalhada do desenho metodológico das pesquisas.

23 - O termo estrutural aqui é utilizado com o significado que a teoria interacionista lhe tem emprestado. Ver Blumer (1969).

24 - Ver citação nesse trabalho p. 9.

Bibliografia

BELL, D. *The End of Ideology*. N.Y. Collier Books, 1961.

BLUMER, H. *Society as Symbolic Interactionism*. Englewood, Cliffs, New Jersey, Prentice Hall Inc. 1969.

BOTTOMORE, T.B. *Sociology as Social Criticism*. New York, Pantheon Books, 1974.

CLARKE, T. & Clements, L. *Trade Unions under Capitalism*. William Collins Sons, 1977.

CROUCH, C. & Pizzorno, A. *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*. New York, Holmes & Meir, Publisher, 1978.

DAHRENDORF, R. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford University Press, 1959.

EYERMAN, R. "Some Recent Studies in Class Consciousness". *Theory and Society*, v.11, n° 4, 1982.

GOLDTHORPE, H. *et alii. The Affluent Worker: Industrial Attitudes and Behavior. The Affluent Worker in the Class Structure*. Cambridge University Press, 1968, 1969:

GORZ, A. *Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme*. Paris, Editions du Seuil, 1963.

KERR, C. *et alii. Industrialism and Industrial Man*. London, Heinemann, 1962.

KORPI, W. *The Working Class in Welfare Capitalism*. Routledge & Kegan Paul, 1978.

LEMBRUCH F G. "Interest Intermediation in Capitalist and Socialist System" *International Political Science Review*, vol. 4, n° 2, 1983.

LIPSET, S.M. *O Homem Político*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

_____. "The changing class structures and contemporary European politics" *Daedalus*, XCIII, 1964. "Radicalism or Reformism: The Sources of Working Class Politics". *The American Political Science Review*, v. 77, n° 1, 1983.

MANN, M. *Consciousness and Action Among the Western Working Class*, London: The Macmillan Press, 3 ed., 1978.

MALLET, S. *Essays on the New Working Class*. HOWARD, Dick & SAVAGE, Dean (eds.). St Louis, Telos Press, 1975.

MICHELS, R. *Political Parties*. New York, The Free Press, 1966.

MARCH, J. & SIMON, H. *Teoria das Organizações*. Ed. Atlas.

MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1973.

OFFE, C. "The Attribution of Public Status to Interest Groups, Observations on the West German Case". In: BERGER, Suzanne. *Organizing Interests in Western Europe*, (ed.). Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

_____. & WIESENTHAL, H., "Two Logics of Collective Action: Theoretical. Notes on Social Class and Organizational Form". *Political Power and Social Theory*, v. 1, 1979.

PERROW, C. "A Framework for Comparative Organizational Analysis". *ASR*, 32, n° 2, 1967. *Complex Organizations*. Glenview Scott, Foresman and Company, 1974.

PIZZORNO, A. "Political. Exchange and Collective Identity in Industrial Conflict". In: Crouch, C. & Pizzorno, A. (eds.). *The Resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*. New York, Holmes & Meir Publisher, 1978.

"Interests and Parties in Pluralism". In: Berger, Suzanne (ed.). *Organizing Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

SABEL, F.C. *Work and Politics: The Division of Labor in Industry*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

_____. "The Infernal Politics of Trade Union". In: Berger, Suzanne (ed.). *Organizing Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

SCHMITTER, C.P. "Interest Intermediation and Regime Governability in Contemporary Western Europe and North América". In: BERGER, Suzanne (ed.). *Organizing Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

SELZNIK, P. *Leadership in Administration*. New York, Harper & Row, 1957. _____. *TVA and the Grass Roots*. New York, Harper & Row, 1965.

SHALEV, M. "Industrial Relations Theory and the Comparative Study of Industrial Relations and Industrial Conflict". *British Journal of Industrial Relations*, vol. XVIII, n° 1, 1980.

SHORTER, E. & TILLY, C. *Strikes in France: 1830-1968*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

WRIGHT, E. O. "Class, Occupation and Organization" In: Dunkerley, D. & Salaman, G. (eds.). *The International Yearbook of Organization Studies*, 1979. London, Routledge & Kegan Paul, 1980.

WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1964. _____. *The Theory of Social and Economic Organization*. T.Parsons (ed.), New York, The Free Press, 1967.

TOURAINÉ, A. *La Conscience Ouvrière*. Paris, Editions du Seuil, 1966.

Texto recebido para publicação em novembro de 1985